



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: ASCÂNIO TURISMO E EXCURSÕES LTDA	RECURSO
PROCESSO Nº 1565/2004/001/2004	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1278/2004	
TIPO DE INFRAÇÃO: 2 GRAVÍSSIMAS	
PORTE: PEQUENO	

I – RELATÓRIO

A ASCÂNIO TURISMO E EXCURSÕES LTDA foi autuada em 27.02.2004 pela prática das infrações gravíssimas tipificadas no art. 19, § 3º, itens 2 e 6, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02:

Art. 19(...)

§3º São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

2. *descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;*

(...)

6. *causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural;*

O autuado apresentou Defesa tempestiva.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 28.04.2009, pela URC COPAM do Alto São Francisco, duas multas no valor de R\$ 10.001,00, cada.

Foi apresentado Pedido de Reconsideração tempestivo. O autuado foi notificado via AR sobre as mudanças no processo administrativo operadas pelo Decreto 44.844/2008 e se manteve inerte.

Portanto, analisar-se-á o Pedido de Reconsideração interposto pelo autuado, para todos os efeitos legais, como Recurso, nos termos do Decreto 44.844/2008, pelo princípio da fungibilidade.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por *descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas*



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental; e causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural. (fl. 11)

No Recurso o autuado alega, em síntese, que:

- Houve *bis in idem*, pois pela prática de uma só conduta a autuação pretende aplicar duas penalidades;
- Não houve poluição ou degradação ambiental no caso em apreço;
- A DN COPAM 050/2001 é inaplicável ao autuado, pois a capacidade de armazenamento do empreendimento desobriga-o em obter licença ambiental, conforme o art. 6º;
- Requer a aplicação de atenuantes, com redução das multas em ao menos 1/3 (um terço), uma vez que não foi caracterizada poluição ou degradação ambiental e que o empreendimento vem observando as normas técnicas da ABNT e da legislação ambiental;
- Requer a assinatura de Termo de Compromisso, com redução da penalidade em 50% e/ou aplicação do benefício da transformação dos valores da penalidade em execução de medidas de interesse de proteção ambiental (Termo de Ajustamento de Conduta - TAC).

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

O autuado não apresentou quaisquer argumentos ou fatos novos que pudessem modificar o posicionamento desta Procuradoria.

Com efeito, não houve *bis in idem* no caso em apreço, sendo certo que a conduta do autuado representou a prática de duas infrações distintas, caracterizadas por fatores diversos, quais sejam, o descumprimento de determinação do COPAM e o ocasionamento de degradação ambiental.

A poluição e degradação ambiental decorrem do funcionamento do empreendimento sem a observância das normas ambientais, o que foi comprovado nas vistorias e no relatório fotográfico de fl. 06 dos autos, restando plenamente aplicável a infração a ele imputada. Ademais, verifica-se nas fls. 08/09 e 13 do Parecer Técnico NUCOM 014/2004 que “o exercício da atividade desempenhada no empreendimento configura ação efetivamente poluidora e degradante do meio ambiente, com agravante de risco iminente de incêndio/explosão em área urbana”.

4



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



No referido Parecer Técnico, foram constatadas as seguintes ocorrências. 1) os efluentes do posto não são direcionados para o sistema separador de água e óleo, 2) o respiro do tanque não possui válvula de recuperação de gases, 3) o tanque não possui bacia de contenção, 4) a área de abastecimento não possui piso concretado e não é coberta, 5) as instalações não foram construídas de acordo com as normas técnicas em vigor (fl. 08).

No que diz respeito à aplicação da DN COPAM 050/2001, tem-se que o autuado, embora não fosse regido em sua totalidade pela norma, é obrigado, de acordo com o seu art. 6º, a proceder a construção das instalações aéreas de acordo com as normas técnicas em vigor, a exemplo da NBR 7505-1 da ABNT. Assim, a dispensa do licenciamento e da AAF não isenta o autuado do cumprimento das normas técnicas relativas ao armazenamento de combustível.

Não é cabível a aplicação de atenuantes no caso em apreço em razão da inexistência de base legal. A um, a suposta inexistência de poluição/degradação ambiental não foi confirmada e não é circunstância atenuante da infração. A dois, a suposta observância das normas da ABNT e da legislação ambiental igualmente não foi comprovada e não constitui circunstância atenuante, nos termos da legislação ambiental aplicável.

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantidas as multas aplicadas no valor de R\$ 10.001,00, cada.

Quanto ao pedido de assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta, o autuado deverá apresentar, no prazo de 30 dias, a proposta de medidas específicas para reparar o dano ambiental e corrigir ou cessar a degradação ambiental, com o respectivo cronograma físico-financeiro, visando à assinatura do instrumento, nos termos do art. 49, § 3º, do Decreto 44.844/2008.

Belo Horizonte, 18 de janeiro de 2012.

Autor: Daniel de Magalhães Pimenta Consultor Jurídico OAB/MG 98.643	Assinatura:
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura:

Rosanira da Lapa Gonçalves Arruda
Analista Ambiental / FEAM
MASP 1059325-9